

O SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO

ORIGEM E EVOLUÇÃO

Ten-Cel Int (QEMA)

AUGUSTO PINHEIRO GRANDE

A 1º de outubro do corrente ano o Serviço de Intendência do Exército Brasileiro comemorou o 45º aniversário de sua criação. Pareceria, pois, de pouca dificuldade uma pesquisa sobre a sua origem e evolução, visto que abrangeria um espaço de tempo relativamente curto. Porém, não pretendíamos restringir nosso trabalho a esse período; queríamos, por assim dizer, alcançar a pré-história da nossa Intendência e acompanhar as mudanças que ela vem sofrendo até os dias atuais. É isto que procuraremos retratar nas linhas que se seguem.

Serviço de Intendência ou trabalhos de Intendência?

Em todos os tempos, toda e qualquer força armada teve pela frente um problema a enfrentar, muitas vezes acontecendo que fôsse êle mais difficil de vencer que o próprio inimigo: o problema da sobrevivência, em face das necessidades primárias, daquele que continua sendo o fator fundamental nas guerras — o homem. As necessidades de cada soldado — transferidas para a responsabilidade dos chefes militares — representaram sempre uma constante preocupação dos grandes comandantes de exércitos. Entretanto, a leitura das obras descritivas das grandes batalhas quase nunca nos revela aspectos do trabalho paciente e anônimo daqueles que se encarregavam de fazer chegar ao combatente o seu abrigo, a sua alimentação e o seu equipamento. Ou melhor, a referência a essa atividade era feita quase que exclusivamente nos casos de fracassos, para os quais a sua ineficiência era apontada invariavelmente como uma das causas. Não é por outra razão que o trabalho do intendente é freqüentemente comparado com o da dona de casa: ambos só aparecem quando há falhas. Daí ser em parte desejável o silêncio, embora êle não dê glórias a ninguém.

Em nossa História Militar o mesmo fato se repete. A literatura consagrada às grandes campanhas do passado dedica-se exclusivamente a apreciá-las sob os aspectos táticos e estratégicos, como se as tropas pudessem permanecer indefinidamente em luta independentemente de quaisquer recursos provindos da retaguarda.

É bem verdade que as necessidades do combatente do Brasil Colonial ou do Império eram muito menores que as do soldado de hoje, não só em face dos progressos da tecnologia como, também, por uma sensível transformação na mentalidade dos chefes no que diz respeito a uma preocupação maior pelo conforto e pelo bem-estar dos homens sob seu comando. Não se pode dizer, por outro lado, que se aplicasse integralmente em nossas expedições militares a máxima segundo a qual "a guerra deve alimentar a guerra". Os grandes espaços vazios, regiões pobremente humanizadas, desprovidas de quaisquer recursos e carentes de vias de transporte, que ainda hoje caracterizam o teatro de operações sul-americano, repito, tais características deveriam ser muito mais acentuadas à época em que ocorreram as lutas internas e externas em que se envolveram nossas forças no passado. Desde que elas não poderiam viver exclusivamente da exploração dos recursos locais, deduz-se que algum sistema de suprimento deveria ter sido montado para apoiá-las, pelo menos em parte. Isto nos permite concluir que, embora não existisse o Serviço de Intendência, já se realizavam em nosso Exército trabalhos de Intendência, qualquer que fôsse o nome que se lhes desse. Por essa razão vemo-nos obrigado a recuar no tempo o limite de nossa pesquisa para muito antes de 1º de outubro de 1920, procurando na tradição militar portuguesa que nós herdamos e na posterior evolução de nossas instituições castrenses o embrião do que seria o nosso atual serviço.

A INTENDÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Que processos adotavam os portugueses para sustentar as forças aqui destacadas para a defesa da colônia? De acôrdo com a tradição lusitana, seus soldados recebiam o dinheiro para o custeio de sua alimentação (as soldadas) enquanto os capitães ficavam responsáveis pelo seu fardamento, com os recursos para isso fornecidos pela Coroa. Já na época de Mem de Sá, 3º Governador Geral, os uniformes das praças de linha ou da milícia eram confeccionados aqui, com tecido vindo de Portugal.

Ao tempo das campanhas do sul, em 1763, o sistema dava mostras de algumas falhas, tendo registrado Manoel Luiz da Silva Pais "o desgoverno que reinava na capitania, onde havia tropas que não recebiam sôldo há mais de cinco anos". Nesse mesmo ano foi criada no Rio de Janeiro uma organização chamada "o Trem", para atender as necessidades de transporte e outros serviços para a tropa.

Seis anos após temos notícia de maior normalidade nos pagamentos. É o que nos revela êsse trecho de "A evolução militar do Brasil", do Cel J. B. Magalhães: "Os soldos, pagos de três em três meses, davam motivo a que os soldados, ao recebê-los, os gastassem

logo em grandes deboches, passando depois a maior parte do tempo em estado de miséria. Para evitar tais inconvenientes, passou-se depois a pagar às praças semanalmente e aos oficiais mensalmente, sendo que os soldados não ficavam caucionados ou sujeitos ao pagamento de dívidas”.

Cita a mesma obra que uma das causas que concorriam para dificultar a normalidade da vida da tropa era “o fato de a administração dos dinheiros ficar a cargo dos oficiais combatentes”.

Em carta de 18 de dezembro de 1767, dirigida ao Conde de Oeiras, o Gen João Henrique Böhm, oficial alemão contratado pelo governo português, pedia a designação de um comissário tesoureiro para cada regimento a fim de se incumbir da administração dos dinheiros “de sorte que coisa alguma fique a cargo dos oficiais, para salvar des braves gents tirando as oportunidades de se perderem”. Esse documento, velho de duzentos anos, encerra em si uma grande verdade que só não é vista por quem é dado a generalizações maldosas: a submissão às tentações do dinheiro independe do distintivo que se ostente na lapela — é também uma questão de oportunidade.

Para se ter uma idéia dos vícios da época é interessante a transcrição de trecho da carta de 30 de março de 1766, do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, ao Conde de Oeiras, referente ao pagamento que mandou aos soldados de um ano que se lhes estava devendo: “não consenti que se fizesse pelo modo ordinário que até aqui se praticava que era de fazer a conta por companhia e se entregar a quantia por junto aos almoxarifes para estes distribuírem pelos oficiais comandantes, mas sim fazendo-se a conta de cada soldado e mandando embrulhar com paciência o que tocava a cada um, para se lhe entregar na mão, do que resultou a satisfação de todos os soldados com tal gosto que, os que buscavam meios para se livrarem, logo não quiseram, e outros sentaram praça de novo por sua livre vontade”.

A feitura de uniformes, barracas e equipamentos era realizada na Fábrica Real, no Rio de Janeiro, a qual se ressentia da falta de um técnico, impossível de encontrar por aqui, na ocasião. De sua atividade temos notícia em 1774 pela remessa de barracas para três mil homens e duas barracas para generais que participavam das lutas contra os castelhanos. Das dificuldades enfrentadas para o abastecimento da tropa podemos ter uma idéia se considerarmos que quase tudo tinha de ir por mar, diretamente ou por Santa Catarina, ou por terra a partir de Santa Catarina ou de São Paulo, sendo que, de Laguna a São José do Norte uma tropa em marcha precisava de cerca de trinta dias. A própria eficiência da cavalaria era afetada pela impossibilidade de fornecer à cavalaria outra

ração que não a de pasto verde. As tropas na fronteira consumiam mensalmente "804 bois e 2.550 alqueires de farinha de pau", entre outras coisas.

Após o tratado de paz de 1777 cada regimento da capital dispunha de um pequeno estado-maior no qual figurava, entre outros, um quartel-mestre que podemos considerar como o predecessor do intendente nos corpos de tropa, embora sua função fôsse mais ampla. Fora do Rio de Janeiro, talvez por culpa da administração superior, não era muito recomendável a situação retratada na carta de José Marcelino, governador do Rio Grande, ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, em 28 de abril de 1780: "Como os soldados destas tropas não poderão sofrer o inverno (que agora entra e aqui é rigoroso) pela nudez em que V. Exa. deve considerar uma tropa a quem se devem anos de sôldo e que vai para sete anos se lhe deu o último fardamento etc. etc."

O próprio vice-rei Luiz de Vasconcelos assinalou "ser admirável que a tropa, à qual eram devidos anos de fardamento, se apresentasse sempre luzida nas paradas e até na vida corrente, fazendo os chefes milagres de economia, só empenhados em encobrir as necessidades". De lá até nossos dias parece não ter sido outra a política adotada pelos nossos comandantes de tropa, pois as necessidades sempre superam as disponibilidades.

Os anos finais do período colonial, bem como os da época transitória do Reino Unido, transcorreram sem maiores modificações no sistema de apoio montado pelos portugueses, exceto quanto à criação, em 1811, de arsenais de guerra cujas atribuições englobavam o provimento de todos os materiais necessários às forças armadas, desde a munição e o fardamento até as carretas e os animais.

Ao apagar das luzes do Brasil Reino, isto é, em 1821, eram criados dois novos órgãos: o Comissariado Militar do Brasil, com a finalidade de prover as necessidades dos corpos em gêneros, e a Repartição do Quartel Mestre General, cujos encargos abrangiam as questões relativas ao rancho da tropa e ao provimento de equipamento, material de acampamento e arreamento em uso no Exército.

A INTENDÊNCIA NO IMPÉRIO

Durante os primeiros anos após a independência não sofreu modificações o sistema de apoio que provinha do período anterior. Em 1830, depois da campanha da Cisplatina e do estabelecimento da paz no sul, foi extinto o Comissariado Militar do Brasil, sob o fundamento de que tal órgão seria perfeitamente dispensável nos períodos de paz duradoura, como aquêle prometia ser.

Os diversos movimentos revolucionários irrompidos no Brasil, durante a Regência e nos primeiros anos do segundo Reinado, não trouxeram também nenhuma transformação de monta no apoio administrativo às tropas, seja pelo reduzido efetivo d'elles participante, seja pela própria característica das operações que excepcionalmente assumiam aspectos de verdadeira guerra.

Entretanto, logo ao iniciar-se a segunda metade do século passado, a atmosfera voltou a carregar-se de nuvens negras para as bandas do sul do país; daí sobreveio a campanha de 1851-1852, contra Oribe e Rosas. A contingência de nova campanha externa foi um incentivo para reformas que assinalavam acentuado progresso em nossa mente militar. Caxias, nomeado Comandante-Chefe do Exército que iria intervir no Prata, deu ao seu Quartel-General uma organização que seria depois adotada para o próprio Ministério da Guerra. Uma das repartições que o integravam era a do Quartel Mestre General, à qual se subordinava o Commissariado do Exército. Esse Commissariado fazia às vészes do Serviço de Intendência e era desempenhado por pessoal civil com direito a honras e insígnias de diferentes patentes. Podemos depreender algumas de suas atribuições pela leitura do seguinte trecho da Ordem do Dia n. 27, de 20 de novembro de 1851: "que, reconhecendo-se não ter sido possível, à vista da escassez de transportes na estação invernososa em que o Exército entrara em operações, completar as rações de etapa marcadas nas Instruções dadas ao Commissariado na Ordem do Dia n. 7, de 12 de julho último, resolveu determinar pela repartição competente, em aditamento à citada Ordem, que fica vigorando para os ajustes do mês de agosto, inclusive, em diante, o seguinte:

1º — pagar-se a dinheiro as lívrancas dos corpos e contingentes que, durante o tempo que gastaram para se reunir ao Exército, tivessem sido supridos pelos seus respectivos comandantes ou qualquer particular, bem como as daqueles que saíssem do Exército em diferentes Comissões.

2º — distribuir-se o gado aos Corpos à razão de uma rês para 36 praças, sempre que se lhes dê durante o mês todos os gêneros e os quantitativos marcados na 4ª tabela, exceto a aguardente que só se dará por ordem especial; no caso de ser a distribuição completa, uma rês para 50 praças.

3º — fornecer o Commissariado aos Hospitais as precisas dietas e mais misteres, à requisição dos facultativos e agentes dos mesmos Hospitais."

Outras medidas de certo modo curiosas no tocante à alimentação da tropa estão contidas na Ordem do Dia n. 30, de 1º de dezembro de 1851, entre as quais a substituição da ração de aguardente por duas onças de açúcar, durante o verão, e a inclusão da

lenha na 4ª tabela, para distribuição aos Corpos nos lugares onde não houvesse matas nas quais pudessem buscá-la. Permitia ainda aos comandantes dos Corpos substituir a erva-mate por café torrado e a farinha por bolacha, à razão de 1 libra para cada ração.

Tanto o Exército como as Divisões eram dotados de Pagadorias Militares que ajustavam e pagavam os soldos dos oficiais e praças e tôdas as despesas ordenadas pelo Comandante-Chefe. Era a Pagadoria que fornecia ao Comissariado o dinheiro necessário para a compra dos víveres para os homens. A região de operações não oferecia grandes oportunidades de exploração de recursos locais, exceto quanto ao gado. Os gêneros que chegavam até lá em comboios sucessivos compunham-se de açúcar, café, erva-maté, sal e bolacha, os quais, com a carne verde completavam a alimentação da tropa. Os animais de montaria e de tração não recebiam outra forragem que não a do pasto dos campos. Tudo o que o Exército pudesse obter das regiões por onde ia progredindo era pago a dinheiro; as ordens de Caxias eram terminantes no que se referia à inviolabilidade da propriedade privada.

Em agosto de 1851 foi restabelecido o Trem, que deixara de existir no tempo de paz. Com a finalidade de atrelar e conduzir o comboio do Exército, composto de inúmeras carretas, Caxias criou uma Companhia de Transportes, com o efetivo de 1 capitão, 7 oficiais subalternos, 4 inferiores e 100 soldados. O Diário do Exército de 5 de setembro de 1851 cita que o comboio compunha-se de 19 carretilhas e 80 carretas com munição, víveres e artigos bélicos e, ainda, mais de 400 cargueiros com a bagagem.

Em tempos de paz os corpos dispunham de uma caixa de administração de fardamento, à custa de cujos fundos eles se fardavam e se calçavam. O fardamento era feito em oficinas próprias ou pela incipiente indústria privada. Na fase da concentração da tropa foi expedido um decreto que extinguiu aquelas caixas e determinava que o fornecimento fôsse feito por um Conselho Administrativo Provisório, criado em Pôrto Alegre. Apesar de a Guarda Nacional e alguns corpos não terem podido receber inicialmente duas mudas completas de fardamento, quando o Exército atingiu o pôrto de Colônia, recebeu por mar tudo o que lhe faltava.

Dentre as atuais Diretorias que integram o Serviço de Intendência do Exército, foi a do setor de finanças a primeira que foi criada, e tendo funcionamento autônomo, a partir da organização dada ao Ministério da Guerra em 1860, quando foi criada a Diretoria-Geral ou Repartição de Contabilidade da Guerra, cuja autonomia seria mantida até a reforma estabelecida pelo Decreto-lei número 5.002, de 27 de novembro de 1942. Anteriormente, em 1934 a Diretoria fôra extinta, dando lugar à criação do Serviço de Fundos do Exército.

A partir de 1865 viu-se o Brasil envolvido no maior conflito armado jamais ocorrido na América do Sul — a guerra da Triplíce Aliança contra o governo de Solano Lopez. Apesar da aparente desproporção de forças, o Paraguai estava muito mais preparado para a luta do que qualquer de seus adversários, especialmente para o período inicial. De nossa parte tudo teve de ser feito às pressas, de improviso, tanto na parte da mobilização do pessoal quanto no tocante ao seu provimento. Em seu livro "A Intendência Militar através dos Tempos", o Sr. Gen. Januário João Del Ré assinala: "O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai é uma fileira de imprevistos, dificuldades, falhas, faltas, lacunas, enfim, um rosário de percalços que só serviriam para glorificar nosso soldado como um expoente de resignação, sobriedade e patriotismo".

Operações como a de que resultou a epopéia da Retirada da Laguna foram montadas sem um planejamento metuculoso, sem um levantamento das possibilidades de abastecimento da tropa, redundando num heróico desastre para o qual a falta de suprimentos contribuiu com maior parcela do que a própria ação inimiga. Em relação às ações principais da guerra, ou seja, para a invasão do Paraguai pelo sul, parece ter havido um retrocesso no nosso sistema de apoio, pois ficamos em completa dependência de fornecedores particulares e o pior é que tais fornecedores eram, em sua maioria, argentinos e uruguaio. Assim, além de ter arcado com os maiores ônus da campanha, o Brasil ainda colaborou para o lançamento das bases do crescimento econômico de seus aliados, especialmente da Argentina. Desta forma, não haveria grande interesse dos platinos em acelerar as operações porquanto o seu retardamento lhes rendia bons dividendos. Somente após Caxias ter assumido o comando supremo das forças aliadas foi que o ritmo da campanha se modificou, já que êle soube associar o fator logístico à idéia estratégica, fazendo avançar para território paraguaio depósitos, hospitais, repartições e tribunais que até então se mantinham em Corrientes. Como afirmou o Almirante Jaceguai, citado pelo Gen. Del Ré: "A verdade é que na administração de nosso Exército só se cuidou seriamente de hospitalização, da ambulância, higiene, alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio de acampamento depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando.

A pouca experiência que se pudesse ter colhido na guerra do Paraguai perdeu-se no marasmo a que foi conduzido nosso Exército, desde o seu encerramento até a proclamação da Republica.

A INTENDÊNCIA NO PERÍODO REPUBLICANO

O advento da Republica veio sacudir logo nos seus primeiros anos a monotonia em que haviam mergulhado as forças armadas

brasileiras; houve a revolta da Armada e a irrupção de revolução federalista no sul, em 1893. Para a Intendência, entretanto, tais movimentos não tiveram quase nenhuma importância se comparados com outra insurreição ocorrida nos sertões inóspitos da Bahia, no arraial de Canudos. Essa campanha de Canudos, que no dizer de Pedro Calmon "constitui um lamentável equívoco plantado na ignorância das realidades nacionais", revelou a figura do Marechal Carlos Machado Bittencourt, que viria a tornar-se o Patrono do Serviço de Intendência. Após o fracasso de três expedições enviadas contra os jagunços de Antônio Conselheiro, o Marechal Bittencourt compreendeu que o maior inimigo a vencer seria o deserto. Abdicando de sua condição de Ministro da Guerra, seguiu para a região do conflito onde se empenhou na organização de uma base de operações e no estabelecimento de uma linha regular de suprimentos; organizou sucessivos comboios e adquiriu os muares disponíveis porque "mil burros mansos valiam, na emergência, por dez mil heróis". O acerto de suas medidas contribuiu para uma rápida terminação da luta; porém seus dias também terminariam em breve quando tombaria sob o punhal assassino de Marcelino Bispo, ao tentar defender a vida do Presidente Prudente de Moraes.

Após a consolidação da República, em 1898, a estrutura do Ministério da Guerra sofreu algumas transformações importantes entre as quais vemos a criação de uma Intendência Geral da Guerra para as questões de subsistência, fardamento, munição, transporte e remonta. A Direção Geral da Contabilidade da Guerra, nesse mesmo ano, passou a chamar-se Contadoria-Geral da Guerra, com a finalidade de atender a tôdas as questões atinentes a numerário.

Uma questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina deu origem a novas intervenções do Exército entre os anos de 1912 e 1916, a fim de fazer prevalecer a decisão federal dada à pendência e para combater as tropelias cometidas pelos fanáticos do Contestado. Ante o fracasso das expedições anteriores, a última, comandada pelo Gen. Setembrino de Carvalho, seguiu para a zona em conflito contando já com serviços administrativos bastante evoluídos. Na parte relativa à Intendência, no setor da alimentação, houve grandes progressos, como o estabelecimento de diferentes tipos de rações, inclusive uma de reserva, e a instalação de depósitos denominados Armazéns de Campanha, que supriam depósitos avançados, menores, localizados ao longo da estrada de ferro. No tocante ao fardamento já não ocorreu o mesmo, pois, não tendo sido possível a substituição periódica, êle se revelou desde logo inadequado para a região e para o tipo de operações.

Em fins de 1918 a paz voltara a reinar na Europa, ou como disse alguém, começou a articulação para um nôvo conflito. A França, embora cheia de cicatrizes, emergira da guerra vitoriosa e

estava em condições de exportar-nos sua doutrina militar. Daí a contratação, em 1919, dos serviços da Missão Militar Francesa, cuja principal ação, a partir de 1920, consistiu especialmente em dar aos nossos quadros conhecimentos mais exatos da guerra e de sua preparação. Dentre as muitas propostas de mudanças na estrutura de nosso Exército que a missão apresentou, uma delas tratava da criação do Serviço de Intendência, tornado realidade com o Decreto 14.335, de 1º de outubro de 1920, que aprovava o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, estabelecendo suas atribuições na paz e na guerra. Esse mesmo decreto criou ainda:

Corpo de Intendência da Guerra, com os quadros de Intendentes de Guerra para o nível de Direção e verificação; de Oficiais de Administração — para o nível de gestão e execução.

Cia de Administração (uma por Divisão), composta de escreventes, operários e marinheiros, formando a tropa de Administração.

Escolas de Intendência, compreendendo cursos: para formação de Intendentes de Guerra — Escola Superior de Intendência da Guerra; para formação de oficiais de Administração — Escola de Administração Militar.

Os Intendentes de Guerra eram recrutados entre os Capitães e Primeiros-Tenentes de tôdas as armas, entre oficiais do quadro de Administração e entre oficiais do então extinto Corpo de Intendentes, que fôra criado em 1903.

Para o Quadro de Oficiais de Administração concorriam os sargentos dos corpos de tropa e das tropas de Administração, bem como os sargentos amanuenses.

Em 1921, o Decreto 15.232, de 31 de dezembro, aprovou o regulamento para novo quadro, o de Contadores, que se destinavam à execução da contabilidade de fundos e material nos corpos de tropa e estabelecimentos militares.

A Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de 1934 (Decreto 24.287) especificava para o Serviço de Intendência a seguinte organização:

Órgão de Inspeção — Inspetoria do Serviço de Intendência do Exército.

Órgãos de Direção — Diretoria de Intendência do Exército e Chefias dos S I Regionais.

Órgãos de Execução — Sv Reg de Subsistências Militares, Estb e Dep de Material de Intendência, Formações de Tropa de Intendência e S I dos Corpos de Tropa, Estb e Repartições.

Órgão de Preparação Técnica — Escola de Intendência do Exército.

O mesmo decreto previa a organização do Serviço Central de Transporte e a fusão num só Quadro de Oficiais de Administração do Exército, dos Oficiais Contadores e dos Oficiais de Administração.

A Lei de Organização dos Quadros de 1938 (Decreto-lei 556) não trouxe nenhuma transformação de vulto na Intendência. Já no ano de 1940 ocorrem duas modificações importantes: a extinção da Inspeção de Intendência e a fusão dos quadros de Intendentes de Guerra e de Administração do Exército no Quadro de Intendentes do Exército, que passou desde então a ser o único a integrar o Serviço de Intendência.

A reorganização do nosso Serviço pelo Decreto-lei 5.002, de 27 de novembro de 1942 fez com que o Serviço de Fundos viesse a se constituir num dos ramos do Serviço de Intendência, que passou a ter a seguinte organização:

Direção Geral — Diretoria de Intendência do Exército.

Direção Especializada:

Subdiretoria de Fundos do Exército.

Subdiretoria de Subsistência do Exército.

Subdiretoria de Material de Intendência.

Órgãos regionais e especiais de direção:

Serviços de Intendência Regionais.

Serviço de Intendência da Alta Administração do Exército.

Órgãos de Execução Geral:

Estabelecimentos de Fundos.

Estabelecimentos de Subsistência.

Estabelecimentos de Material de Intendência.

Serviço Especial de Transporte.

Havia ainda, como órgãos de execução local, as formações de Intendência das Unidades Administrativas e, como órgão de preparação de pessoal, a Escola de Intendência do Exército que não abriu matrícula durante alguns anos a partir de 1936. Continuava dependente da Diretoria de Intendência a Caixa Geral de Economias da Guerra, criada desde 1931, enquanto a Comissão do Orçamento do Ministério da Guerra, embora chefiada por oficial intendente, era subordinada ao Ministro da Guerra.

Em face da agressão submarina de navios mercantes nacionais em águas territoriais brasileiras, o Brasil declarou guerra às nações do Eixo a partir de 1942 e já no ano seguinte iniciava o aprestamento da Força Expedicionária com que iria participar da guerra em campos da Itália. O Serviço de Intendência dessa Força contou inicialmente com uma Chefia, uma Companhia de Intendência e uma Companhia de Viaturas de Intendência. Posteriormente, foram

criados o Depósito de Intendência, o Serviço de Fundos, a Pagadoria Fixa e a Pagadoria Central da FEB. Como fonte de experiência e de estudos foi de grande valia para o seu futuro desenvolvimento a participação da Intendência Brasileira no teatro de operações da Itália, especialmente porque nosso Exército viria a reformular sua orientação, passando a seguir a doutrina militar americana. Talvez uma das conseqüências disso tenha sido a freqüência de oficiais de Intendência à ECEME, a princípio por designação e por concurso a partir de 1951.

Depois de formar sua última turma em 1945, a Escola de Intendência do Exército foi extinta em 1946; as turmas de oficiais intendenteados declarados a partir do ano seguinte passaram a ser formadas na Academia Militar das Agulhas Negras, do que tem resultado maior integração do intendente com a oficialidade das armas.

Pela Lei de Organização dos Quadros e Efetivos de 1946 (Decreto-lei 9.120, de 2 de abril) a organização da Intendência sofreu as seguintes modificações em relação à anterior:

- a) entre os órgãos de direção especializada surgia a Subdiretoria de Transporte;
- b) os órgãos de execução geral foram desdobrados em órgãos de execução central e de execução regional, sendo centrais os que têm sede na 1ª RM, surgindo como elementos novos a Pagadoria de Inativos e Pensionistas, o Estabelecimento Comercial de Material de Intendência e o Estabelecimento Central de Transporte;
- c) previsão de chefia e de órgãos de execução de S I nas GU.

A reestruturação de nosso quadro em 1950 transformou a Diretoria de Intendência em Diretoria-Geral de Intendência do Exército, elevou a Subdiretoria de Fundos à Diretoria de Finanças e fundiu numa Diretoria de Produção, Suprimento e Transportes todas as demais subdiretorias. Tal fusão perdurou apenas até 1952 quando foi desdobrada aquela Diretoria em duas outras: Diretoria de Suprimento e Diretoria de Transportes.

Acompanhando a evolução material de nosso Exército, a Intendência passou a ser representada no Núcleo da Divisão Aeroterrestre por 1 Cia. de Intendência e por 1 Cia. de Manutenção de Pára-quedas.

A Intendência vinha até então assinalando uma série de conquistas; entretanto, nos anos de 1955 e 1956 ela teria duas perdas importantes: a encampação da Caixa Geral de Economias da Guerra pela recém-criada CoSEF e a supressão da Diretoria de Transportes. Pela Lei 2.851, de 25 de agosto de 1956 a Diretoria-Geral de Intendência passava a ser subordinada ao Departamento de Provisão Geral (é não mais ao Departamento Geral de Administração) compreendendo as diretorias de Finanças, Subsistência e de Material de Intendência, organização que persiste até hoje.

CONCLUSÃO

Nas linhas anteriores procuramos mostrar o que foi a evolução do Serviço de Intendência do Exército nos quarenta e cinco anos de sua existência. Não falamos, entretanto, no modo como ele se faz presente em todos os quadrantes da pátria. Assim é que passaremos a expor: no setor de Material de Intendência contamos com um estabelecimento e sua respectiva Cia. Dep. em cada sede de Exército; há um Estabelecimento de Finanças em cada sede de Região Militar, o mesmo ocorrendo em relação aos Estabelecimentos de Subsistência e respectivas Cia. Dep., havendo ainda depósitos e entrepostos em regiões produtoras de gêneros, para facilidade de aquisição e estocagem, de modo que permita, também, uma rápida evolução de uma situação de paz para uma situação de guerra. Mas a Intendência não tem procurado apenas satisfazer as necessidades da tropa; com a finalidade de atender à família do militar uma vasta rede de supermercados e de armazéns reembolsáveis, lojas e alfaiatarias foi estendida por todo o Brasil prestando grande trabalho de assistência social e procurando sempre melhorar seus serviços. Muitas das nossas Grandes Unidades dispõem de sua Cia. de Intendência orgânica em condições de prestar-lhes o apoio que dela possa esperar. Em cada corpo de tropa encontramos um representante do nosso Serviço, muitas vezes acumulando as funções de tesoureiro, almoxarife e aprovisionador. A Intendência não tem visado apenas estar em toda parte como também tem procurado aperfeiçoar seus métodos e processos de trabalho, através de organismos como a Comissão Permanente de Estudos dos Suprimentos de Intendência. Uma vitória de poucos anos de nosso Serviço foi a instituição do sistema de pagamento através do crédito bancário, medida pela qual se batalhou quase um lustro. Não seria lícito aqui deixar de mencionar a atuação do COIFA, entidade que congrega os Intendentes das três Forças Armadas, onde os problemas comuns são debatidos, analisados e equacionados em busca de soluções adequadas. O Boletim do COIFA e a REVISTA DE INTENDÊNCIA têm sido os veículos de divulgação e os laboratórios de muitas idéias ventiladas sobre nossos problemas e um incentivo ao estudo para os mais jovens.

É inegável que a Intendência evoluiu muito nesses quarenta e cinco anos; e sua evolução não cessará porque haverá sempre o desejo de seus integrantes de elevar-lhe o nível e torná-la cada vez mais eficiente e mais capaz de prestar ao Exército e à família militar maiores e melhores serviços.